# NORMAL DEMAIS PARA SER SAUDÁVEL? A patologização de comportamentos infantojuvenis

**Autor(res)**

Alessandro Aguiar De Paula
Isabele Sinelli Rocha
Sarah Gabrielly Mota Carvalho
Gabriella Matos

**Categoria do Trabalho**

Pesquisa

**Instituição**

UNIFIL - CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

**Introdução**

A compreensão da infância e da adolescência, como é entendida atualmente, resulta de um extenso processo histórico e cultural. Ariès (1981) mostra que a percepção da infância como fase singular do desenvolvimento humano se estabelece apenas a partir da modernidade, quando passa a ser vista como uma etapa carregada de significados subjetivos. Autores como Erikson (1976) e Piaget; Inhelder (1978) contribuíram para o entendimento da fase infantojuvenil, destacando sua relevância na formação integral do indivíduo. Contudo, um fenômeno tem se intensificado: a patologização dos comportamentos infantojuvenis.

Esse processo refere-se à tendência de transformar manifestações comuns do desenvolvimento, como agitação, timidez ou dificuldades de aprendizagem, em sinais de transtornos clínicos (Moysés; Collares, 2013). A partir disso, ocorre também a medicalização (Illich, 1975), na qual questões sociais e educacionais são reduzidas a diagnósticos médicos, muitas vezes acompanhados de medicação precoce. Conrad (1992) ressalta que comportamentos que se desviam de padrões socialmente aceitos são rapidamente associados a patologias, evidenciando um controle social que converte a diversidade infantil em padrões pré-estabelecidos.

O problema central está no risco de ignorar os contextos familiares, escolares e sociais que influenciam o desenvolvimento, substituindo práticas pedagógicas por intervenções médicas (Barbosa; Leite, 2020). A medicalização precoce pode gerar prejuízos significativos, como estigmatização e rotulação, além de limitar a singularidade dos sujeitos.

**Objetivo**

Analisar a relação entre a patologização dos comportamentos infantojuvenis e a compreensão social do desenvolvimento emocional e comportamental.

**Material e Métodos**

Para a realização deste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em livros e artigos científicos que possuem relação direta com o tema proposto “Normal demais para ser saudável? A patologização de comportamentos infantojuvenis”. Entre os materiais utilizados para esta análise, foram considerados artigos de

autores como Moysés e Collares (2013), além do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2023) e pesquisas sobre crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos, materiais estes que se enquadram nos critérios de inclusão estabelecidos, o que permite a discussão e aprofundamento na temática. Foram desconsideradas publicações sem embasamento científico e que não abordam a infância e/ou adolescência como foco principal. A seleção dos materiais foi realizada por meio de buscas em bases acadêmicas como Scielo e Google Acadêmico. O procedimento de análise seguiu a técnica de conteúdo de Bardin (2011), possibilitando a organização de categorias como a construção social da infância e da adolescência, patologização dos comportamentos infantojuvenis, a definição do que é típico na fase infantojuvenil a partir das normas familiares, escolares e sociais as consequências da patologização e medicalização a partir de comportamentos infantojuvenis atípicos.

## Resultados e Discussão

Com base nos dados analisados por meio de revisão bibliográfica, foi possível identificar o aumento da tendência de patologizar comportamentos infantojuvenis, muitas vezes vistos como desvios a partir de padrões sociais rígidos e normativos. É possível observar que características típicas do desenvolvimento, como agitação, curiosidade e dificuldade de atenção, têm sido frequentemente associadas a diagnósticos clínicos sem a devida consideração do contexto social, educacional e afetivo em que a criança ou adolescente está inserido.

Esse fenômeno, amplamente discutido por autores como Moysés e Collares (2013), mostra o avanço da medicalização como forma de controle e normatização da infância, sendo a escola e a família, influenciadas por expectativas sociais de desempenho e adequação, pontos fundamentais nesse processo.

Estudos mais recentes destacam que a patologização da infância vem se mostrando cada vez mais presente. Christofari e Freitas (2023), por exemplo, apontam que a escola ocupa um papel central na validação de práticas que transformam comportamentos específicos do desenvolvimento em sinais de anormalidade, muitas vezes resultando em diagnósticos errôneos. Neste mesmo âmbito, Matos (2023) observa a constituição de uma “biopolítica educacional”, mostrando como o sistema escolar age na exclusão das singularidades infantis e na imposição de padrões normativos de comportamento.

Apesar desse contexto, algumas pesquisas recentes apresentam maneiras distintas de lidar com a infância sem patologizá-la, como Abdelghani et al. (2024), que demonstram que ambientes interativos de aprendizagem, ao estimularem a curiosidade e o desenvolvimento de habilidades metacognitivas, podem ajudar na participação e na autonomia da criança sem rotulá-la clinicamente. Richter et al. (2024) têm uma perspetiva parecida, discutindo o uso de agentes robóticos motivacionais no apoio a crianças com diagnóstico de TDAH, enfatizando que intervenções tecnológicas e educativas podem representar alternativas mais inclusivas, evitando a centralidade exclusiva da medicalização.

Assim, é destacada a importância de abordagens humanizadas e críticas, que favoreçam o desenvolvimento da criança e evitem julgamentos superficiais e patologizantes. A prática dessas abordagens ressalta a atuação psicológica ética e comprometida com a diversidade e a singularidade infantojuvenil, reconhecendo que a infância deve ser compreendida em sua complexidade social, cultural e afetiva, e não reduzida a diagnósticos que muitas vezes apenas reforçam desigualdades e exclusões.

## Conclusão

Esta pesquisa ressalta a importância de uma reflexão crítica sobre a patologização dos comportamentos infantojuvenis, defendendo práticas mais éticas e humanizadas que considerem os contextos sociais. Ao alertar os riscos da medicalização precoce e rotulações injustas, contribui para avanços na psicologia, educação e saúde, além de apontar a necessidade de pesquisas de campo, políticas públicas de formação crítica e investigações

sobre os efeitos dos discursos normativos na infância, oferecendo estrutura física e financeira para práticas de cuidado que não reduzam os sujeitos aos diagnósticos.

## Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, M. de B.; LEITE, C. D. P. Infância e patologização: contornos sobre a questão da não aprendizagem. Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, p. e220707, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392020220707.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHRISTOFARI, A.; FREITAS, R. A infância medicalizada e a escola. Revista Educação Especial, v. 36, e71, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71676. Acesso em: 10 set. 2025.

CONRAD, P.; SCHNEIDER, J. W. Deviance and medicalization: from badness to sickness. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

ERIKSON, E. H. Infância e sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ILLICH, I. A expropriação da saúde: nêmesis da medicina. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MATOS, R. S. A infância medicalizada: biopolítica educacional e a exclusão das singularidades. Revista Psipró, v. 4, n. 1, p. 45-59, 2023. Disponível em: https://www.revistapsipro.com/index.php/psipro/article/view/140. Acesso em: 10 set. 2025.

MOYSÉS, M. A.; COLLARES, C. A. L. Controle e medicalização da infância. Desidades, v. 1, n. 1, p. 11-21, 2013. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/149. Acesso em: 04 ago. 2025.

PIAGET, J.; INHELDER, B. A psicologia da criança. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978.

RICHTER, F. et al. Motivational robotic agent for children with ADHD. arXiv preprint arXiv:2405.03354, 2024. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2405.03354. Acesso em: 10 set. 2025.